

MOORE E OS PRESSUPOSTOS DA META-ÉTICA

Prof. Dr. Marconi Pimentel Pequeno (Universidade Federal da Paraíba)

marconip@bol.com.br

A análise do problema moral a partir de uma abordagem lingüística começa a se constituir de forma mais vigorosa e sistematizada no início do século XX, precisamente a partir de 1903, com a publicação da obra *Principia Ethica* de George Moore. Moore inaugura a filosofia moral de inspiração analítica cuja influência seria marcante durante a primeira metade daquele século. Antes de investigar a natureza do universo moral, a filosofia deveria analisar o conteúdo dos termos empregados nos enunciados prescritivos. A esta nova modalidade de abordagem que toma a linguagem como paradigma de toda investigação possível no campo da moral deu-se o nome de **teoria ética** ou **meta-ética**.

Sob este nome designa-se o estudo concernente às formas lingüísticas das proposições prescritivas e à significação dos predicados morais. Trata-se, pois, de elucidar o sentido dos conceitos éticos e a maneira como são lingüisticamente expressos em um enunciado. A importância da linguagem para a ética é representada pelo significado que as proposições morais assumem nas interações e embates que marcam o universo axiológico dos indivíduos. A análise do fenômeno moral torna-se um estudo sobre a matéria simbólica do nosso modo de “*ser-no-mundo-moral-pela-linguagem*”.

Moore influenciou decisivamente a pesquisa analítica em ética, na medida em que seu projeto teórico tenta evidenciar as articulações possíveis da experiência moral a partir da avaliação das condições formais e do conteúdo proposições normativas. Examinar o que se passa no terreno da moral significa inicialmente interrogar sobre o que nós queremos dizer quando atribuímos, por exemplo, o predicado *bom* ou *justo* para designar um evento, um comportamento, uma decisão. Moore abre caminho para que o problema da justificação ética seja formulado no âmbito da análise dos enunciados morais. Com isso, a análise semântica dos enunciados de valor, empreendida por ele na supracitada obra, fornecerá novas ferramentas ao tratamento dos problemas referentes à justificação lógica das expressões normativas.

Para Moore, a análise é o húmus da filosofia e o objetivo final desta é a clarificação dos conceitos. De posse da acuidade e do rigor analítico, sua função consiste, pois, em tornar explícito o que se afigura difuso, nebuloso, intransparente. Assim, acrescenta ele, a capacidade de analisar sem descanso, a necessidade de observar as diferentes perspectivas, constituem o exercício essencial do filosofar. O primeiro passo de toda atitude pensante consiste em analisar, pois somente assim poder-se-ia oferecer uma representação adequada da realidade.

O procedimento de Moore, convém alertar, não repousa na mera exegese das palavras, mas na análise dos conceitos e das proposições que os manifestam. Eis por que, de posse dessa *démarche* analítica, podemos, mediante o refinamento da análise, aceder com mais segurança ao universo dos fatos. Moore busca um caminho para conhecer de modo mais límpido as entranhas da realidade, os objetos do mundo. Isto o permite erigir as bases de uma filosofia destituída de todo desejo de doutrinação moral. O que importa, para ele, não é o fato moral em si, mas o enunciado que o traduz ou que o torna inteligível. Antes de interrogar sobre o valor das ações, as regras de conduta e seus critérios de justificação, deve-se clarificar o discurso normativo, seus enunciados de base, seus termos constitutivos¹.

A função da filosofia consiste em demonstrar que certas coisas são boas ou más em si mesmas e que as proposições de caráter moral não estão sujeitas à demonstração. Para Moore, tais proposições são evidentes em si mesmas, razão pela qual não existe força probatória capaz de esclarecer o seu sentido sem que, previamente, se possa perscrutar o seu conteúdo proposicional. Nesta concepção encontramos os eixos fundamentais da teoria ética mooreana: a crítica ao naturalismo, o intuicionismo enquanto via de acesso à caracterização do que *bom* e o realismo moral como resposta ao idealismo de sua época. Essas três dimensões serão, amiúde, exploradas em nosso percurso.

Rejeitando as formulações tradicionais da ética que pressupõem o problema da virtude (Aristóteles) ou da boa vontade (Kant) como fundamentais à constituição do mundo moral, o filósofo inglês afirma que, independentemente do *status questionis* ou do acervo

¹ Em seu artigo *The Nature of Judgment*, escrito em 1899, Moore apresenta aquilo que Peter Hilton chamou de “atomismo platônico”, uma vez que, para ele, o mundo é composto de conceitos e estes, por sua vez, são indissociáveis das proposições. Os conceitos são, segundo Moore, os constituintes das proposições e, ao mesmo tempo do mundo. Cf. George Moore, *The Nature of Judgment*, *Mind*, nº 8, 1989.

de construções categoriais provenientes da tradição, é necessário começar por uma investigação sobre o que significa o termo *good*². Assim, antes de julgar os comportamentos e de prescrever aos indivíduos normas morais, é necessário perguntar o que é o *bem/bom* em geral. A análise concernente ao *bem* antecipa toda e qualquer exortação ou comando de caráter normativo.

Partindo da distinção – e por vezes da complementaridade – entre o que designamos como *bem/bom* (adjetivo) e isto que tomamos como *o bem/o bom* (substantivo), Moore acrescenta um novo elemento ao debate. O *bom*, segundo Moore, não é de forma alguma indefinível; ele é o substantivo ao qual se aplica o adjetivo *bom*. Certos atributos como honestidade, solidariedade, simpatia, podem ser considerados como convenientes ao que é *bom*, ou mesmo como elementos constitutivos de sua definição. Portanto, isso que chamamos *o bom* nada mais é do que substantivo ao qual se pode aplicar o predicado *bom*. É neste sentido que ele torna-se passível de definição. Assim, diz Moore, “o bom é definível, enquanto bom em si mesmo não o é”³. A propriedade das coisas boas não é suficiente para definir o que é *bom*, posto que ela não é inteiramente idêntica à propriedade de ser *bom*. Se isso fosse possível, dever-se-ia dar razão ao naturalismo.

Para Moore, o naturalismo tenta justificar sua posição mediante um raciocínio sofisticado do tipo “se bom é definido como sendo outra coisa que não ele mesmo, então se torna impossível provar que uma definição é má ou de recusar alguma”⁴. O naturalismo postula uma definição daquilo que é, a rigor, indefinível. Segundo Moore, seu erro consiste em reduzir o bem a uma forma substancial.

Em sua opinião, o termo *bom* somente pode ser apreendido quando o designamos como algo diferente disto que entendemos correntemente como sendo uma coisa. Os naturalistas negligenciam o sentido das categorias ou expressões que as pessoas utilizam

² Na língua portuguesa o termo “good” é traduzido seja como *bom*, seja ainda em determinados casos como *bem*. Esta particularidade gramatical oferecida pela língua inglesa nos permite relacioná-los na nossa abordagem como categorias indistintas, ainda que ambos possuam sentidos diferentes nos contextos de uso. É importante destacar, todavia, que Moore inaugura as pesquisas meta-éticas ao considerar o conceito de bem como condição necessária e suficiente para pensar a própria questão do bem. Sobre a polissemia e os diferentes usos do termo good, ver: A. C. Ewing. *The Definition of The Good*, London, 1948.

³ George Moore. *Principia Ethica*, Cap. I. p. 9. Tal distinção é crucial para a delimitação do sentido e do emprego de tal termo. Além do que, esta diferenciação demonstra o caráter substancial que o termo assumiu ao longo do pensamento tradicional, ao mesmo tempo em que salvaguarda a noção segundo a qual existe um objeto do pensamento que é simples, indefinível e não susceptível de análise, em relação ao qual a finalidade da ética deve ser definida.

⁴ George Moore. *Principia Ethica*, Cap. I. p. 11.

para descrever isso que elas consideram como boa conduta ou ação adequada. À guisa de esclarecimento, Moore formula a seguinte idéia: se alguém diz “eu sou feliz” e acrescenta que “a felicidade é algo bom”, isto não quer dizer que a felicidade seja idêntica o *bom* e que *bom* signifique felicidade. Com efeito, seria errôneo associar um objeto natural ao predicado *bom*. Isto porque a propriedade que confere a qualidade de bondade a uma realidade é uma propriedade não natural. Moore ilustra sua concepção com um exemplo muito simples:

“Quando dizemos que uma laranja é amarela, não pensamos que a nossa afirmação nos obrigue a considerar que ‘laranja’ não significa outra coisa senão amarelo ou que além da laranja nada mais possa ser qualificado de amarelo. Suponhamos que a laranja seja doce! Porventura isto nos obriga a afirmar que ‘doce’ é exatamente a mesma coisa que ‘amarelo’, que ‘doce’ deve ser definido como ‘amarelo’?”⁵.

Ao contrário, diz ele, só existe uma maneira de afirmar corretamente que as maçãs são amarelas: apreender o amarelo como uma noção indefinível. Porém, ao contrário da cor amarela, a bondade não tem existência empírica nem é perceptível pelos nossos sentidos. Segundo Francis Jacques, “Moore não diz jamais que este ou aquele bem particular é indefinível. Sem isto, aliás, nós não poderíamos tratar da moral. Da mesma forma, ele não afirma que o conjunto das coisas que possuem a propriedade de bondade nos julgamentos morais não é susceptível de definição. Ele diz apenas que o predicado *bom*, ele mesmo, não o é”⁶. Mas como poderíamos a ele aceder? O que nos faz discernir ou mesmo julgar um ato e identificar nele aquilo que julgamos ser *o bem*? A intuição. Eis a resposta que Moore nos oferece.

O intuicionismo é uma das marcas características da filosofia moral de Moore. Todavia, ele não atribui a esta faculdade o sentido de instância cognoscente, como o fizeram alguns representantes (Descartes, Kant) da tradição que o antecedeu. Para Moore, as proposições que definem a justeza ou o valor dos nossos atos não podem jamais nos informar sobre a maneira como nós os conhecemos, nem, tampouco, sobre a origem do nosso conhecimento. Moore considera que as proposições relativas às práticas não são susceptíveis de prova e que os homens têm um conhecimento imediato dos valores morais.

⁵ George Moore. *Principia Ethica*, Cap. I. p. 14

⁶ Francis Jacques. *L’analyse des énoncés moraux avant Austin*, in *Theorie des Actes de Langage, éthique et droit*, Paris: PUF, p. 59.

Ele estima igualmente que as ações morais se impõem de maneira incondicional e que suas conseqüências não são levadas em consideração pelas regras que as disciplinam.

A idéia de valor intrínseco oferece a Moore a possibilidade de conceber *good* como uma categoria simples, evidente em si e irreduzível a uma propriedade natural. A apreensão das coisas intrinsecamente boas supõe a existência de um sujeito moral capaz de apreender intuitivamente a propriedade simples que as constitui. O primado da evidência intuitiva se oferece ainda como um anteparo à ameaça reducionista propugnada pelo naturalismo. Com efeito, a valorização do sujeito moral mediante o apelo às suas aptidões intuitivas fortalece as posições de Moore em sua cruzada contra o subjetivismo idealista, uma vez que, ao recusar subordinar os fatos à consciência, ele passa também a rejeitar o ponto de partida psicológico como instância possível de identificação das verdades éticas.

Nesse aspecto, Geoffrey Warnock considera indiscutível a contribuição de Moore ao intuicionismo ético⁷. A eminente função atribuída à evidência intuitiva no quadro dos julgamentos morais serve para que ele possa conter a “ameaça” naturalista e seu afã reducionista. Moore se esforça em revalorizar o sujeito e seu poder intrínseco relativo aos valores, ao mesmo tempo em que se insurge contra o subjetivismo de inspiração metafísica. É isso que o permitirá fortalecer suas posições contra o idealismo, corrente que dominava a atmosfera intelectual de sua época.

A embate entre os idealistas e seus adversários, que marcou a filosofia britânica ao longo de pelo menos meio século, serviu para engendrar a crítica de Moore ao internalismo subjetivista de seus partidários. O teor dessa recusa encontra sua forma mais original no célebre artigo *The Refutation of Idealism*, de 1903⁸. Aqui Moore denuncia primeiramente

⁷ Geoffrey Warnock escreveu duas importantes obras consagradas à origem e aos desdobramentos da filosofia da linguagem moral no século XX. A primeira delas, *English Philosophy Since 1900* (1958) consiste numa apresentação sucinta do logicismo que marcou o primeiro período dos estudos meta-éticos, tratando, em seguida, da guinada pragmática característica de sua segunda fase. Noutra obra, *Contemporary Moral Philosophy*, publicada em 1967, o autor critica as tendências dominantes da filosofia moral britânica – intuicionismo, emotivismo, prescritivismo e naturalismo – descrevendo os estratagemas teóricos de cada um de seus principais representantes. Apesar do seu caráter propedêutico, estas obras nos oferecem uma compreensão dos temas que dominaram a filosofia moral britânica após a publicação de *Principia Ethica*. Cf.: Geoffrey Warnock, *English Philosophy Since 1900*. New York: Oxford University Press, 1966; *Contemporary Moral Philosophy*. London: MacMillan, 1967.

⁸ A crítica ao idealismo neo-hegeliano se efetua primeiramente como denúncia do princípio de relações internas – a realidade como esfera constituída de totalidades orgânicas – e, em seguida, com refutação da noção segundo a qual tudo existe dentro dos limites da subjetividade. Essas idéias foram posteriormente retomadas e aprofundadas por Moore nos *Philosophical Studies*, um conjunto de nove artigos escritos pelo filósofo entre os anos de 1903 e 1921.

uma das maiores pretensões do idealismo, aquela que consiste em afirmar que tudo existe na consciência. Para ele, carecemos de razão para acreditar na existência efetiva de coisas como as chamadas imagens mentais. O monismo transcendental, constitutivo da empresa idealista, representa uma via ilegítima à compreensão do verdadeiro objeto da moral.

Ora, Moore recusa a dependência dos fatos em relação à consciência, como pretendia o idealismo de seu tempo, com o mesmo vigor com que ele condena a pretensão do naturalismo de explicar *good* como um predicado empírico natural. Em sua origem, o realismo mooreano tenta denunciar as insuficiências do internalismo e de seu sistema de crenças. O princípio da coerência ideal, freqüentemente adotado pelo subjetivismo em matéria de moral, é confrontado à questão de saber se existe verdadeiramente uma ligação interna entre o reconhecimento dos postulados éticos e a motivação à ação.

Moore defende a idéia segundo a qual a moral é um domínio de pesquisa *sui generis*, posto que seus conceitos se distinguem claramente dos axiomas científicos, dos princípios teleológicos e das idéias metafísicas. Assim, antes de qualquer *démarche* epistemológica acerca da origem de uma ação ou das motivações desencadeadoras da conduta moral, é necessário, convém lembrar, saber o que é o *bem*. Eis o que o permite reafirma sua concepção segundo a qual o *bem* existente e seus constituintes de base independem de nossas escolhas e atitudes.

O realismo recupera a questão acerca das condições de possibilidade de uma verdade ética existir independentemente da apreensão do sujeito. Se os valores morais existem e se essas propriedades são irreduzíveis a nossas escolhas e atitudes, então os predicados morais (bem, mal, solidário, justo) que os representam denotam também propriedades reais. É verdade que, para a compreensão dos “fatos morais” – e das proposições que os exprimem – não poderiam concorrer, em razão de seu caráter de objetividade, nem nossas crenças nem nossos sentimentos. Resta saber como verificar em termos práticos isto que se pode chamar de *verdade ética* e qual o critério de justificação que ela admite.

A resposta de Moore é simples: não existe ponto de partida subjetivo, nem autonomia da vontade. O *bem* é irreduzível à vontade perfeita e à pura cognição. A determinação do que é bom salvaguarda as verdades éticas enquanto elementos constitutivos dos objetos da nossa intuição. Moore deixa de lado, assim como a maior parte

dos realistas que o sucedem, o problema da liberdade, da ação justa e responsável, da relação entre nossas crenças e as ações morais que empreendemos. Da mesma forma, ele se exime de um estudo detalhado acerca da justeza dos princípios normativos e das motivações que nos fazem segui-los ou negá-los. Ademais, Moore não deixa de considerar relevantes tais questões, porém só devemos delas nos ocupar *a posteriori*, ou seja, somente depois de uma análise minuciosa dos conceitos fundamentais da ética é que estaríamos aptos a tratá-las. Até porque, segundo ele, uma asserção do tipo “isso é um bem” nada diz sobre a nossa liberdade de escolha, nem sobre a racionalidade no nosso querer. Com efeito, ela não pode ser reduzida ou confundida com a asserção “isso é desejado”, uma vez que ela nada revela acerca das motivações internas ou das intenções particulares dos agentes morais.

Mas esse postulado defendido pelo realismo moral não está livre de refutações. Contra ele, John Mackie, em sua obra *Ethics – Inventing Right and Wrong*, apresenta três argumentos⁹. O primeiro diz respeito ao princípio do desacordo (os conflitos de crenças descritivas são diferentes dos conflitos de crenças axiológicas), em seguida o argumento da coisa estranha (se por um lado as propriedades morais pertencem às coisas, por outro elas não são propriedades empíricas ordinárias) e, finalmente, a idéia de motivação moral (os enunciados morais não são unívocos, pois eles provocam freqüentemente ações e reações particulares e específicas). A fim de fugir a essa dificuldade, o realismo moral deve reconhecer que existe um desacordo efetivo entre as propriedades morais estranhas e que as mesmas possuem caracteres motivacionais distintos. E a melhor maneira de fazê-lo seria adotar uma ontologia realista do senso comum para os fatos e valores morais. Esse tema encontra-se presente nas formulações teóricas de Moore acerca do *common sense* (senso comum)

O projeto de Moore de restaurar as proposições do senso comum lhe conferindo uma nova força probatória serviu para fortalecer sua cruzada contra o idealismo. Em outras palavras, a crítica de Moore ao idealismo o conduziu inexoravelmente a uma defesa do senso comum. Para Moore as proposições do senso comum não precisam de prova, mas de análise. Moore com isso pretende denunciar o abstracionismo e o hermetismo do pensamento idealista, reconhecendo, *in extremis*, o valor da “visão de mundo do senso

⁹ Cf. : John Mackie, *Ethics – Inventing Right and Wrong*. New York: Penguin Books, 1977.

comum” (*common sense view of the world*). Em seu artigo *A defence of Common Sense*, Moore demonstra o poder revelador desse modo não convencional de evidência contido nas proposições do senso comum, pois muitas delas são reveladoras de verdades inelutáveis¹⁰.

Os objetos apreendidos pelo senso comum não são inferidos, eles são objetos de percepção. O que podemos dizer do mundo é, quase sempre, aquilo que dele podemos perceber. Disso se infere que a certeza das proposições empíricas do senso comum é intrínseca. Todavia, Moore reconhece que o senso comum não é uma fonte privilegiada de conhecimento. Suas proposições manifestam simplesmente uma certa modalidade de saber. Longe de manter-se preso a uma estéril restauração das verdades do senso comum, a proposta mooreana se constituiu como um importante instrumento teórico para a filosofia pragmática da linguagem, ainda que Wittgenstein discorde da linha diretriz da sua filosofia do senso comum. Os desacordos entre esses dois autores se afigura importante à compreensão das articulações e dosdobramentos da meta-ética no século XX.

Wittgenstein rejeita a idéia de que possa haver uma prova objetiva ou uma verdade inquestionável concernente às proposições que exprimem a visão de mundo do senso comum. Ele julga ilegítimo e arbitrário conferir a essas proposições o estatuto de verdades absolutas, pois a verdade de certas proposições empíricas pertence a nosso sistema de referência. Ao desconsiderar a heterogeneidade dessas proposições, Moore, diz Wittgenstein, desejou estabelecer um acordo tácito entre o saber e a realidade. Assim, o sentido do verbo saber comporta em seu pensamento uma certeza objetiva, apesar de o mesmo carecer de um método de verificação ou de um procedimento de legitimação. Assim, Moore deixa de reconhecer o papel que a dúvida e o erro podem exercer na constituição dessas proposições aparentemente evidentes. Moore, afirma Wittgenstein, ignora que a significação de um termo depende de sua utilização, quer dizer, do seu uso prático; ele desconhece a importância dos jogos de linguagem enquanto critério doador de sentido às expressões do senso comum¹¹.

¹⁰Para Moore, “dizer que há uma concepção do mundo própria ao senso comum equivale a afirmar a sua verdade”. Cf.: *A Defence of Common Sense*, in *Philosophical Papers*. London: Allen and Unwin, 1959, p. 45.

¹¹A noção de jogo de linguagem bastante enaltecida pelos detratores do logicismo permitiu um redimensionamento da teoria da referência em matéria de filosofia da linguagem. Isto em razão do alargamento que esse conceito sofreu nas *Philosophische Untersuchungen* passando a se constituir como o pano de fundo da relação entre a linguagem e o conhecimento dos hábitos, práticas e ações dos sujeitos falantes. Sobre os temas fundamentais da reflexão do “segundo Wittgenstein” ver: D. Pole: *The Later*

Segundo Bouveresse, “um dos argumentos mais importantes que Wittgenstein utiliza contra Moore é que as proposições da forma ‘eu sei que p’ não tem sentido claro senão em um contexto apropriado, ou seja, que o uso de ‘eu sei’ é muito mais especializado do que geralmente se imagina”¹². Wittgenstein deseja, pois, conferir um valor relativo às evidências do senso comum. Este “relativismo” está a serviço de sua defesa da vida ordinária e, sobretudo, da idéia segundo a qual um enunciado recebe seu significado do uso e da circunstância no interior da qual ele se revela. O primado da atitude prática fundada sobre o reconhecimento dos laços estreitos entre linguagem e ação, reflete o valor que Wittgenstein confere às *lebensformen*, isto é, às formas de vida que dão sentido à nossa linguagem sobre o real.

Ora, vimos que as expressões normativas configuram-se como pseudoproposições em razão de sua incapacidade de dar conta da contingência dos fatos. A idéia segundo a qual toda formulação ética é refratária a uma análise lógica deixa fora do mundo a estrutura essencial da ação prática. Como consequência tem-se o fato de que todo julgamento de valor sobre os princípios que guiam o agir moral torna-se ilegítimo. Disso se conclui que só podemos apreender os fatos que compõem a totalidade do mundo. É ética, se ela existe, não trata do mundo, mas antes pode se constituir como uma condição deste.

Para Wittgenstein, a ética resiste a toda especulação e a toda tentativa de teorização. Trata-se de um projeto que se insere no interior de uma forma de vida. “A ética, diz ele, é a investigação sobre o sentido da vida ou daquilo que faz com que a vida mereça ser vivida, ou sobre a maneira correta de viver”¹³. Com efeito, os valores são inapreensíveis pelo julgamento e indizíveis pelo discurso factual. As proposições éticas não possuem correlato objetivo, haja vista que elas pertencem ao domínio do insensato.

Wittgenstein exclui a idéia de sistema moral único a fim de eliminar o primado do monismo axiológico. Vários sistemas orientam diferentes formas de vida, de modo que

Philosophy of Wittgenstein. London: The Athole Press, 1958; J. Hintikka. *Logic, Language Games and Information*, Oxford: Clarendon Press, 1973.

¹² Jacques Bouveresse, *Le mythe de l'intériorité – expérience, signification et langage chez Wittgenstein*, Paris: Éditions de Minuit, 1987, p. 636.

¹³ Ludwig Wittgenstein, *Conferência sobre ética* (Trad. Darlei Dall’Agnol) Florianópolis/São Leopoldo: Editora da UFSC/Editora UNISINOS, 1995, p. 209. Neste texto, publicado pela primeira vez em 1965 na *Philosophical Review*, Wittgenstein conserva e, em certo sentido, amplia sua idéia acerca da indizibilidade da ética e sobre a irredutibilidade das instâncias de valor ao mundo objetivo. Apesar de algumas mudanças de perspectivas, o autor continua fiel à sua recusa obstinada da possibilidade de um discurso ético dotado de sentido.

nenhum goza de um estatuto privilegiado. Apesar disso, os indivíduos são geralmente tentados a conferir um sentido absoluto às referências morais do seu sistema convencional particular. Entretanto, como realizar a convergência entre os valores relativos a cada existência concreta e sua aspiração a um princípio absoluto sem o concurso de um *a priori*?

Wittgenstein reconhece que todos os sistemas éticos são engendrados por uma motivação em direção ao absoluto. Todavia, pensa ele, as soluções oferecidas a um dilema moral concernem somente a cada situação concreta. Nada pode ser prescrito ao conjunto dos seres humanos. Uma máxima que aspira à universalidade é uma quimera, uma vez que seu sentido é sempre irreduzível a uma forma proposicional. Falar de ética é ultrapassar os limites da linguagem. “A ética é transcendental”¹⁴, conclui Wittgenstein.

A propósito da ética, Wittgenstein nos alerta que é melhor guardar o silêncio, isto porque todas as prescrições universais e suas instâncias moralizadoras se volatilizam diante da relatividade dos fatos. Não há, pois, referências morais *a priori* e universalmente válidas, posto que “apesar de que se possa mostrar que todos os juízos de valor relativos são meros enunciados de fato, nenhum enunciado de fato pode ser nem implicar um julgamento de valor absoluto”¹⁵. O filósofo, a quem Wittgenstein mostrou que há um tempo de falar e um tempo de calar, deve, em matéria de moral, fugir à tentação de dizer alguma coisa. O caráter inexprimível das proposições ética decorre da impossibilidade mesma de se as justificar logicamente como verdadeiras e falsas. “Parece evidente, diz Wittgenstein, que nada do que somos capazes de pensar ou de dizer pode constituir-se o objeto”¹⁶. A linguagem definitivamente não pode subverter a condição imanente de sua relação com o mundo. Eis o que torna a experiência moral inexprimível por qualquer que seja a forma de teorização.

Assim, enquanto Moore acreditava encontrar na análise filosófica um procedimento conveniente para o estudo dos julgamentos morais e dos conceitos normativos, Wittgenstein bloqueia esse caminho ao denunciar a impossibilidade das proposições de conteúdo moral. Ora, tudo se passa como se a ética fosse um terreno impróprio ao cultivo

¹⁴ L. Wittgenstein, *Tractatus logico-philosophicus*, Paris: Gallimard, 1961, (6.42.; 6.421).

¹⁵ Op. cit. *Conferência sobre ética* (Trad. Darlei Dall’Agnol) Florianópolis/São Leopoldo: Editora da UFSC/Editora UNISINOS, 1995, p. 211.

¹⁶ Id. *Ibid.*, p. 212.

de idéias filosóficas, ou ainda como se o silêncio da filosofia revelasse, enfim, que a ética, se ela existe, é transcendental.

Aqui o primado da linguagem formal não oferece chance à especulação sobre o sentido dos termos que empregamos para designar a essência da ação moral. Assim, por exemplo, o bem que havia se constituído em objeto de elucidação na teoria ética de Moore, é, para Wittgenstein, uma categoria inefável. A crítica da linguagem moral, em nome do caráter ininteligível de suas proposições, elimina a possibilidade de o sujeito representar, de maneira sensata, pela via da linguagem, convicções, julgamentos e atitudes morais.

A deflação do mundo moral, enquanto mundo próprio à linguagem, não elimina a crença numa existência moralmente legitimada. O agnosticismo moral de Wittgenstein não o impede de conferir uma atenção cuidadosa ao problema da boa conduta, sobretudo da conduta concernente aos dilemas particulares da vida de cada um. O problema moral faz parte da ordem da existência. Ter um comportamento moral significa agir de acordo com certos valores que a vida de cada um impõe à sua liberdade de ação.

Wittgenstein concorda com a idéia mooreana segundo a qual não compete à filosofia prescrever regras de ação, mas apenas elucidar a natureza das expressões lingüísticas de caráter normativo. Da mesma forma lhe parece correto afirmar, como o fez Moore, que a ética é a investigação geral sobre o bem e que este é, a rigor, indefinível. O problema, diz Wittgenstein, surge quando Moore propõe-se a pensar a ética como uma ciência. Não obstante esses pontos de divergência, podemos indicar algo que os aproxima: a defesa da idéia de irredutibilidade do *dever-ser* ao *ser*. Assim, enquanto Moore demonstra a impossibilidade dessa passagem mediante a crítica à falácia naturalista, Wittgenstein o faz ao denunciar a impossibilidade das proposições éticas.

O dualismo de origem humeana entre *ser* e *dever-ser* encontra no plano da linguagem uma nova forma de configuração e representação. Instaure-se a partir daí a distinção entre as proposições declarativas factuais e as proposições éticas normativas. A questão consiste em saber se há de fato, do ponto de vista das construções lingüísticas, um abismo intransponível entre a constatação de um estado de coisa e as prescrições que engendram determinadas formas de conduta moral.

Ao condenar as tentativas de pensar *good* como qualidade natural e, igualmente, de derivação do valor a partir do fato, Moore preferiu preservar a divisão entre propriedades

naturais e não naturais. A impossibilidade de definir *good* reenvia à interdição de, no plano da linguagem, se passar do descritivo ao normativo. Mas se podemos inferir a presença de um tal dualismo em Moore, ele não fala na sua obra *Principia Ethica* acerca do que bloqueia a passagem dos valores aos fatos. Para Moore, o mundo consiste numa pluralidade de coisas independentes e distintas entre si.

Segundo Putnam¹⁷, a exegese conceitual proposta por Moore, apesar de sua crítica ao naturalismo, não foi suficientemente vigorosa para ultrapassar as fronteiras entre fatos e valores. Mesmo que seu objetivo fosse o de defender a existência de “propriedades não naturais”, alguns críticos, dentre os quais situa-se Putnam, interpretam essa pretensão como uma maneira de demonstra, por absurdo, a inexistência de propriedades de valor. Putnam utiliza a noção de identidade sintética das propriedades para criticar o “analiticismo” de Moore, pois, segundo ele, é necessário a realização de pesquisas teóricas e empíricas para descobrir o que é uma propriedade natural. O equívoco de Moore, diz Putnam, foi o de identificar as propriedades com os conceitos. Com efeito, tal incongruência tornaria ilegítima a idéia de Moore segundo a qual uma propriedade natural não pode ser uma propriedade essencial do bem.

Apesar de reconhecer a fragilidade da crítica de Moore aos naturalistas, Putnam não considera exitosa a compreensão fiscalista do *bem* como propriedade natural. Assim, é verdade que o monismo naturalista se afigura incapaz de dar conta da complexidade dos acontecimentos morais, porém seus detratores não trouxeram contribuições capazes de superar esse impasse. Putnam considera que Moore visualizou bem o alvo, mas não conseguiu atingi-lo. Em face dessas lacunas e tendo em vista o teor de tais refutações, o que se pode depreender como legado do pensamento do Moore à filosofia moral contemporânea?

É certo que podemos pensar que os termos éticos possuem significações variadas segundo seu emprego ou contexto de uso, razão pela qual o sentido geral de um termo não poderia jamais determinar a maneira como eles são utilizados num domínio específico. Disso se infere que uma investigação do sentido seria largamente insuficiente para uma solução das questões morais.

¹⁷ Putnam considera esta distinção como uma evidência constitutiva da cultura filosófica do início do século XX, cujos traços inelutáveis continuam a orientar atualmente grande parte dos estudos em teoria moral. Cf. Hilary Putnam, *Reason, Truth and History*, Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

Da mesma forma, é correto reconhecer que recurso ao intuicionismo como alternativa à clivagem naturalismo/cognitivismo teve uma eficácia duvidosa. O mesmo raciocínio - e a mesma reserva – poderiam ser aplicados ao modo intransparente com que Moore aceita a dualismo ser/dever-ser. Ora, sabemos que o problema concernente à possibilidade de uma dedução dos valores a partir dos fatos, que se constituiu como *background* dos debates filosóficos no início do século XX e nas décadas subseqüentes, não encontrou na filosofia mooreana o tratamento que merecia. Alguns ainda denunciam a abstração conceitual de sua teoria e a recusa em tratar os problemas concretos que envolvem as situações morais.

O reconhecimento das insuficiências e limitações da teoria ética mooreana não deve obnubilar o fato de que seu pensamento contribuiu decisivamente para o alargamento do campo de investigação em filosofia moral. Moore não se propõe a resolver os grandes problemas que vicejaram no terreno da ética desde sua origem grega. Muitos dos quais, aliás, continuam a habitar a morada da filosofia e a desafiar nosso pensamento. Ele tão-somente nos alerta para a necessidade de se partir de uma interrogação de segunda ordem que possa dar conta da linguagem que usamos para prescrever, transmitir e elaborar juízos acerca dos elementos que compõem nosso universo moral.

O traço inovador das pesquisas mooreanas não reside no desejo de inventar em ética, nem na crítica aos sistemas de morais tradicionais, mas na tentativa de apreender os componentes do universo moral a partir de suas expressões particulares. Trata-se, como vimos, de interrogar, no seio mesmo da linguagem que traduz os postulados e os eventos da moral, as condições necessárias para aplicação dos termos que lhe concernem.

Ademais, importância de Moore não reside apenas no fato de ele ter instituído as bases do intuicionismo ético ou a sua denúncia da chamada falácia naturalista. Muito menos deve ele tão-somente ser reconhecido pela crítica à metafísica tradicional. Sua contribuição decisiva consiste na defesa intransigente da idéia segundo a qual a filosofia precisa adotar um procedimento rigoroso em seu trabalho de investigação: o método analítico.¹⁸ Ou ainda no fato de demonstrar que a tarefa precípua do filosofar é a de

¹⁸ Se em *Principia Ethica* Moore adota uma perspectiva metodológica de inspiração analítica, ele não tem um método rigorosamente elaborado. Nós podemos reconstituir suas motivações, mas as regras que ordenam e sistematizam seu raciocínio não são perfeitamente claras. Podemos então falar de um estilo analítico, estilo cuidadoso de clareza e precisão. Eis um de seus mais importantes legados à filosofia contemporânea.

clarificar os conceitos e tornar inteligível as significações. Assim, pode-se dizer que Moore, mais do que uma doutrina, nos legou um modo de fazer filosofia que marcou boa parte da investigação filosófica do século XX e cuja importância jamais devemos esquecer ou negligenciar.